

INTRODUÇÃO
Ao
PENSAMENTO
SOCIAL

ERNESTO KRAMER

EDIÇÕES UNIVERSO SEPARADO

INTRODUÇÃO AO PENSAMENTO SOCIAL

© ERNESTO KRAMER - 2001
EDIÇÕES ELETRÔNICAS
Edições Universo Separado

CONTEÚDO:

Instituições	2
Alguns Tipos de Sistema Político	7
A Sociedade Acéfala	8
Impostos	11
O Que é Lei	12
A Organização da Produção	14
A Troca de Bens	16
Dinheiro e Crédito	18
Capital	19
Crédito	20
Mudança Social	23

INSTITUIÇÕES

Como suposição implícita tínhamos que o ser humano começou a criar instituições depois de um período sem elas. Atualmente tendemos mais a supor que sempre deve ter havido algum tipo de instituições, desde que existem criaturas que podem ser descritas como seres humanos.

A primeira hipótese pareceria mais plausível no campo das instituições políticas, contrapostas às relações domésticas. Nas últimas devemos reconhecer regras sobre propriedade, disposições sobre uso, herança e disputas. Nas primeiras, não podemos afirmar que sempre existiram tipos de governo.

Em sociedades de pequena escala, a noção de organização social poderia ser delimitada a relações puramente pessoais de parentesco, ainda que este conceito hoje é mais aplicado à organização total da sociedade.

Organização política viria a se referir somente ao governo que reivindica autoridade sobre um território definido. Discutível é traçar a este ponto o conceito Estado, pois povos sem governo ainda assim tem sistemas políticos. Podemos ver que, se o Governo for adequadamente definido, ver-se-á que toda sociedade o possui.

Parece ser que o conceito de lealdade política devida a uma autoridade territorial surgiu bastante tarde na história da humanidade. Esta seria

uma mudança tão dramática nas relações humanas, que chega a merecer o nome de revolução.

De fato não há registro de sociedades nas quais a filiação a uma unidade ou comunidade política dependa unicamente de parentesco, e nenhuma na qual todas as pessoas ligadas pelo parentesco estão sujeitas, em virtude desse elo, a uma autoridade comum. Esta ilustração é tirada de sociedades que teriam 'organização social, mas não política', como aborígenes australianos, bosquímanos africanos ou índios americanos, grupos móveis/nômades de baixíssimo nível tecnológico, e com a crença no direito comum de bando sobre um território.

Desde um ponto de vista funcional-verticalista, pode-se afirmar que nem todas as sociedades têm Governo, que só os Estados o tem, sendo este caracterizado pela 'autoridade centralizada, administração territorial e instituições jurídicas'. Completando, toda sociedade teria um sistema político e este age dentro de uma estrutura territorial.

Chamamos este ponto de vista como funcional, pois define o que é que as instituições políticas fazem numa sociedade, e como as podemos identificar onde não encontramos as características claramente reconhecíveis do Estado. Assim visto, sistema político foi definido como: 'Aquela parte da organização total de uma sociedade, que diz respeito à manutenção ou estabelecimento da ordem social, dentro de uma estrutura territorial, pelo exercício de autoridade coercitiva através do uso, ou da possibilidade de uso, da força física.'

Destarte, o sistema político é o que apóia o sistema de direitos e obrigações que qualquer sociedade deve ter se quiser ser uma sociedade [uma vez que sociedade é um agregado de pessoas unidas por direitos e obrigações mutuamente reconhecidos].

Podemos rejeitar uma definição que torna o controle ou o uso da força o único critério de um sistema político. Ainda que não faltem exemplos sobre o não-uso da força para a punição de infratores e a autoridade social seja reconhecida, confrontamo-nos com a realidade que isto só foi registrado em sociedades de pequeno porte.

Contudo, podemos reconhecer que a organização das atividades públicas e a tomada de decisões em nome de - ou por toda a comunidade - também são atividades políticas. Estas contribuem mais para a manutenção da ordem social do que o uso da força em defesa de reivindicações.

Pode-se reconhecer certos papéis que podem ser descritos como governamentais: existem certas pessoas 'cuja atividade reconhecida e regular' é a de 'dedicar-se à administração dos assuntos públicos'. Comunidade política seria, assim, 'um grupo de pessoas organizado numa só unidade que administra seus assuntos independentemente de controle externo'. Seria um grupo que tem um conjunto de funcionários e que não reconhece qualquer autoridade sobre ele.

Ainda assim, não deveriam se ignorar as funções de tomadas de decisão do Governo em sua preocupa-

ção com as suas funções de lei e ordem. Contudo, nas sociedades acéfalas [sem cabeça] é difícil identificar uma comunidade política que reconheça um conjunto único de líderes ou organizadores.

As questões sobre a natureza da autoridade, o que a torna legítima, que obediência pode ou deveria ser-lhe recusada, como impedir o abuso por parte dos que a possuem, há muitos séculos vem ocupando o pensamento do ser humano. Parece ser inútil, agora, tentar adaptar a um plano lógico as palavras 'política' e 'político'.

A expressão mais ampla é 'sistema político'. Em princípio pode se concordar que toda sociedade o tem. Pode ser classificado de diferentes maneiras: um sistema de Governo; ou podemos dizer que certos sistemas políticos não são Governo. Também é necessário distinguir entre Governo, que é um processo, e *um* Governo, que é um conjunto de cargos reconhecidos.

A palavra 'política' poderia ser usada para significar o estudo do Governo. Mas um sistema político subentende um campo de atividades mais amplo do que temos em mente quando pensamos em Governo. Os estudiosos da 'política' muitas vezes fazem a distinção entre 'política' e 'administração'.

A primeira se refere a qualquer tipo de disputa para obter o poder dentro do sistema político [seja luta eleitoral ou eliminação física dos adversários].

A segunda significa a direção dos assuntos públicos pelas pessoas que adquiriram o poder ingressando no cargo, seja de forma legítima ou não.

Política também é o processo de discussão e manobra que precede à execução de uma decisão. Neste sentido, podemos perceber a possibilidade de uma maior participação social, mais de acordo com um conceito de democracia mais avançado; o que deixaria mais ou menos obsoletos [segundo o grau e forma de aplicação] os indivíduos ou grupos exclusivamente preocupados pela 'política'.

Neste sentido, a 'política' como atividade seria atraída a grupos que, em si mesmos, não são comumente vistos como 'políticos', na visão vulgar.

A perigo de que alguns a considerem ampla demais, poderíamos formular a definição: 'As relações políticas devem ser descritas nos termos da maneira como determinados direitos e privilégios são mantidos ou favorecidos'.

Cada definição sugere diferentes perspectivas e nenhuma delas elimina alguma outra. Todas elas podem ser proveitosamente formuladas se estivermos procurando entender aquela parte de um sistema social que possa ser chamada de política ou Governo.

ALGUNS TIPOS DE SISTEMA POLÍTICO

É interessante considerar algumas variedades, como os povos que consideram uma única chefia como fonte de autoridade e os que não o fazem.

Uma comunidade pequena pode atender a uma única chefia, que está em contato direto com todos os membros; ou quando é muito grande e considera que só um sistema de autoridade centralizado poderia mantê-la unida.

Populações que reconhecem direitos e obrigações comuns, mas que não confiam numa autoridade única, podem ser considerados como situados entre os dois tipos.

Todavia podemos reconhecer Estados que não reconhecem chefe algum, ainda que não passem de tamanhos tribais.

As unidades políticas menores podem ser chamadas de 'face-a-face', nas quais todo membro conhece todos os outros. As decisões para a ação comunal são geradas em conversações informais e/ou em reuniões mais elaboradas e estruturadas. Os possíveis líderes não poderiam rejeitar a opinião de outras pessoas [impossível, porque não tem meios de forçar outros], mas espera-se que estes organizem atividades específicas aprovadas pela comunidade.

Um grupo assim constituído precisa de um 'domínio de lei comum' e contaria com pessoas identificáveis que teriam responsabilidades reconhecidas pela coordenação das atividades públicas em todo aquele grupo social.

A SOCIEDADE ACÉFALA

A idéia é que cada e todo tipo de grupo que compõe a comunidade política é autônomo e independente, sendo garantido o respeito dos indivíduos pelos direitos dos outros.

As rixas entre os humanos têm sido solucionadas pelas formas adotadas para garantir esses direitos.

Diferentes formas de admissão fazem os critérios para a distribuição das funções políticas.

As pessoas, organizadas em conjuntos ou associações com filiação voluntária, compartilham entre si os serviços públicos. A autoridade para a distribuição destes trabalhos entre os diferentes conjuntos, que poderíamos também chamar de Comitês ou Comissões, e a convocação para realizá-los, é dada a assembleias populares.

A entrega de tarefas específicas a indivíduos responsáveis, a comissões ou comitês, depende da envergadura e/ou complexidade do trabalho precisado pela comunidade.

Responsáveis pela direção e execução de tarefas pontuais são nomeados pela livre escolha de seus companheiros e confirmados pela assembléia. Esta última também os controla, cobra deles a efetivação dos encargos, e os controla diretamente ou por meio de pessoas designadas especificamente para esta tarefa.

Os litígios seriam solucionados por acordos. Estes poderiam ser supervisionados por um Conselho, nos casos que tivessem solução mais dificultosa.

Diferentes tipos de conselhos podem coexistir, para debater questões de interesse público, ações de indivíduos que infringem regulações sociais [leis] estabelecidas, desrespeitem direitos ou não cumpram obrigações reconhecidas.

Critérios para distribuir funções políticas, para organizar a vida pública, são de exclusiva responsabilidade do 'todo social', o qual se expressa por meio de assembléias populares. Pelo tanto, estes critérios são considerados mutáveis; podem mudar segundo o interesse social, mas não por interesses individuais ou de grupos minoritários.

Membros de Conselhos são escolhidos por qualidades de sabedoria e habilidade de negociação, mas não contam com autoridade para dar decisão obrigatória em questões de litígio.

Portavozes dos diferentes conjuntos, escolhidos pelos membros dos conjuntos como seus representantes, desempenham papel importante nos debates. Embora suas opiniões tenham importância no 'teatro social', o cargo não confere qualquer autoridade nem privilégio ao seu ocupante. Elas são pessoas que seriam consideradas obrigadas a participar de qualquer debate público, quer que o assunto lhes seja de particular interesse ou não.

Os porta-vozes teriam também a obrigação recíproca de informar a seus representados sobre os assuntos tratados nas reuniões nas que participarem.

Pode ser expandido:

Equilíbrio de poder... o que mantém a ordem nessas sociedades.

Análise da organização política nas sociedades sem Estado.

A questão da 'iniciativa pessoal'.

Conselho se reúne sempre que há qualquer questão a discutir.

IMPOSTOS

A cobrança de impostos num Estado verticalista seria necessária para permitir que os funcionários desempenhem suas atividades. É um aspecto que não se encontra no tipo de sistema político acéfalo.

Na forma vulgar do Estado, único sistema político que pode ser chamado propriamente de Governo, um dirigente reconhecido como supremo torna sua autoridade 'eficaz' através de agentes [territoriais] escolhidos ou aceitos por ele próprio. Este sistema garante a manutenção da paz interna pela solução dos litígios e a defesa da agressão externa, bem como a organização da guerra agressiva, por exclusiva vontade do líder. Assim mesmo organiza as obras públicas e garante relativamente a realização dos rituais considerados necessários ao bem-estar comum.

Existem sérias divergências sobre a afirmação de que isto deve ser assim, ou que se possa aceitar com confiança que este é o único sistema capaz de integrar uma grande população numa só comunidade política. É, no mínimo, discutível a cogitação da necessidade absoluta de reconhecer um grupo que ostente a autoridade para organizar e regular os assuntos de interesse social comum. O povo, como tal, permanece afastado das decisões e não participa da vida política em forma direta, é muitas vezes explorado e violentamente reprimido, ou participa minimamente em condições apenas formais.

O QUE É LEI

Lei é um aspecto da organização social. O debate normalmente gira em torno a reconhecer, ou não, a responsabilidade básica de um Governo por manter a lei, a ordem e a solução dos litígios.

Como diz respeito às regras de conduta e às formas que agem para garantir a obediência a essas regras, pertence a um campo que pode ser chamado de 'controle social'.

Tentou-se separar as leis de outras regras, através de vários critérios. Poderia-se afirmar que podem ser diferenciadas pela maneira como são postas em vigor.

Podemos reconhecer um sistema político onde não existe governante ou Governo propriamente tal, e também que a posse de um sistema político não acarreta, necessariamente, a posse de lei.

Para entender, quando falamos em 'lei' não queremos dizer o mesmo quando falamos em 'leis'.

As 'leis' são regras, mas 'lei' significa todo o processo de se manter e pôr em vigor as regras reconhecidas como obrigatórias.

A lei existe onde as pessoas concordam que certas ações infringem os direitos dos outros; e também concordam que os danos podem ser reparados, os litígios formalmente solucionados e as partes

conciliadas, inclusive por diversas formas de indenização.

Os humanos, em geral, são propensos a transgredir ou burlar as leis da sociedade, quando há algo que lucrar com isso. O que faz pensar nas forças sociais que garantam obediência às regras na maioria dos casos; e classificar diferentes tipos de regras de modo a distinguir entre as que poderiam ser chamadas adequadamente de legais e as outras.

Sanções negativas [punições] devem ser examinadas com extremo cuidado, visando sempre que o respeito à lei, embora não seja exatamente automático, fique garantido por outros meios que a punição ou o medo desta.

A procura de desagravo por conta própria deve ser evitada, fazendo que as pessoas se abstenham de se prejudicar mutuamente, aceitando aquelas regras 'desagradáveis' que lhes impõem obrigações positivas.

Se a maioria das pessoas obedece às regras da sua sociedade, não por medo da polícia ou por um certo automatismo irracional, poder-se-ia incorporar efetivamente o conceito de que elas dependem economicamente da cooperação de outrem. É esta interdependência, e não o medo do castigo, que compele às pessoas a cumprir suas obrigações. Uma pessoa que não desempenhe seu papel verá que as outras, por sua vez, ignoram suas obrigações para com ela.

A ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

Quem imagina que a Economia diz respeito, essencialmente, ao dinheiro e aos preços, está em firme terreno lógico ao dizer que ela não pode existir em sociedades que não trocam mercadorias por dinheiro e, assim não podem fazer cálculos exatos de preços.

Este ponto de vista sobre a Economia é tão limitado como o que afirma que não tem política sem Estado. De fato, a Economia diz respeito à maneira como as pessoas administram seus recursos [principalmente, não totalmente, os materiais] e, sobretudo, às escolhas que fazem entre os diferentes usos destes.

Uma definição interessante/proposta pode ser: 'Aquela ampla esfera de atividade humana que diz respeito aos recursos, suas limitações e usos, e à organização pela qual eles são colocados, de maneira racional, em relação às atividades humanas'.

Fica aqui implícito que não é imposta uma visão puramente competitiva na atividade econômica realizada.

Reconhecemos que qualquer tipo de sociedade produz, troca e consome bens. Uma simples caça ou colheita primitiva já produz estes atos. Mas, não obstante, pode-se obviar os cálculos econômicos baseados em valores relativos. É claro que aqui a

pessoa ideal não é, de modo algum, um magnata dos negócios.

Um estudo desta questão engloba informações sobre como o povo consegue sua subsistência, que fontes de alimentos e matérias primas possui, como se organiza o trabalho e se distribuem as tarefas, detalhes sobre as técnicas aplicadas, calendário relativo a atividades sazonais ou, pelo menos, descrição sobre as variações das rotinas no decorrer de períodos dados [p.ex.: um ano], e como complementam suas carências dos produtos e matérias, de energia e informação, que não estão disponíveis em seu próprio espaço de ação ou influência.

Um grupo social que considere a suplementação de carências como necessidade, não se pode limitar a uma economia apenas de 'subsistência'. A dependência de âmbitos 'além dos próprios limites', condiciona a necessidade de intercâmbio, o que não é considerado em sociedades que apenas produzem aquilo que satisfaz suas próprias necessidades e não para trocar por outros bens.

No mundo capitalista isto é alcançado por intermédio do dinheiro, o que acaba condicionando a fixação de estritos valores de troca, dificultando extremamente o desenvolvimento sem atritos de uma economia que possa ser qualificada como de interesse humano [ou sequer humanista].

A TROCA DE BENS

A aceitação ou rejeição de uma economia baseada no emprego universal do dinheiro como meio de intercâmbio é uma questão crítica.

As atividades nas quais as pessoas organizam seu comportamento em termos de cálculo racional das quantidades de mercadorias e serviços produzidos, trocados ou consumidos, e a maneira de distribuição dos meios mais escassos, podem visar fins competitivos ou não.

Comunidades não mais estão necessariamente isoladas neste mundo globalizado. Os meios para realizar transações de qualquer tipo estão à disposição de praticamente qualquer grupo social no planeta. Não mais é necessário considerar os intercâmbios não-monetários como possíveis somente entre pessoas cujas relações sejam contínuas, dentro de um espaço reduzido.

Entre os intercâmbios, o que primeiro vem à mente do economista vulgar, é o qual onde cada parte tem um excedente de algum bem que falta à outra. Na maioria dos casos esses bens são permutados, evidentemente, não sem alguma concessão de equivalência. Certamente são os que menos interessam. Um problema bem mais interessante é o tipo de transferência no qual o doador aparentemente 'não obtém nada' ou recebe um bem de um valor relativo evidentemente menor. Será este um modo racional que tem uma pessoa ou sociedade de dispor de sua propriedade?

A importância social da doação, pela qual não se espera uma retribuição direta, não tem sido suficientemente explorada ou desenvolvida por pensadores economistas.

Se encararmos a doação na sociedade não só como uma expressão espontânea de afeto do doador, mas um componente socialmente esperado de certas relações - ou tipo de relações -, estaremos a meio caminho de uma compreensão de sua importância.

Se considerarmos as doações como sendo um presente, veremos que elas são um modo particularmente importante de manter as relações sociais em todas as sociedades. Receber sem justificativa é característica de muitas sociedades, mas o presente destinado a ocasiões pontuais é algo que está presente em todas elas.

Nas economias não-monetárias, a distribuição do alimento seria parte infinitesimal da atividade econômica do doador. Não existiria obrigação formal de retribuir o equivalente que foi originalmente recebido, ou, na verdade, de retribuir o que seja.

Esta maneira de usar a propriedade poderia sugerir, a um observador superficial, um fracasso em apreciar o valor das posses materiais. Mas as pessoas podem distribuir seus recursos para as várias finalidades possíveis, segundo uma escala de propriedades [e prioridades] diferente daquela a que o mundo capitalista está acostumado. O modo de troca competitiva/mercantilista não é exemplo

da inabilidade de fazer cálculos econômicos, mas exatamente o oposto.

Em muitas sociedades vulgares, mais riqueza circula em transações que são tão ou mais políticas e sociais que propriamente econômicas. Mais pagamentos e presentes são feitos para manter amizades e alianças, tributos às autoridades superiores, do que recursos empregados no comércio ou no escambo, onde as mercadorias são trocadas pelo processo de barganha com cálculos abertos, por mais toscos que sejam, do seu valor relativo.

DINHEIRO E CRÉDITO

Mais uma vez descobrimos que a aproximação tradicional à moeda circulante não é um simples artifício para medir o valor na troca e nas reivindicações de recursos, mas também tem um significado especial que não é característico do dinheiro como os economistas o definem. Ademais, as atitudes associadas às trocas não são apropriadas para as pessoas que procuram lucrar com uma troca.

A forma que o capital assume nas sociedades não-monetárias ou apenas parcialmente monetarizadas pode ser algo que o economista não suspeitaria.

CAPITAL

Existe capital nas sociedades não-monetárias e, se existe, como é identificado?

Tem quem considera capital aquilo que produz juros, dizendo que os bens de capital - nas sociedades não industriais - são as colheitas e os rebanhos.

Outros preferem considerar capital os recursos dirigidos para finalidades produtivas; mas observam que as mesmas mercadorias podem ser consideradas 'de consumo' numa época e 'de produção' em outra; porque os artigos que não são usados diretamente na produção podem sê-lo para remunerar mão de obra. Numa economia deste tipo há pouca necessidade de um sistema de crédito, pois as pessoas 'criam o capital', desviando para fins de produção de futuras mercadorias que, de outra forma, elas próprias teriam usado.

Também tem quem considera que o equivalente de capital nas sociedades não-monetárias é 'um estoque de mercadorias, existente antes que se realize o ato produtivo, usado na produção, e imobilizado do consumo direto enquanto o ato está em andamento'. A renda é parte da adição ao estoque de mercadorias criado por este ato de produção que é distribuída e consumida. Esta definição inclui entre as 'mercadorias' os recursos naturais bem como os produtos manufaturados, e também a técnica e o conhecimento.

De acordo com outra definição, o capital consiste em mercadorias e serviços que não são devotados ao consumo imediato, mas usados para aumentar as mercadorias disponíveis para consumo no futuro. O capital não é apenas os produtos acumulados; são produtos destinados a serem usados dessa maneira. Pode se incluir aqui os recursos de conhecimento e habilidade técnica, assim como os bens materiais.

Numa sociedade cooperativa e solidária, não temos nenhum 'rendimento' direto 'sobre um investimento'; em vez disto, a rede inteira de obrigações mútuas assegura um equilíbrio aproximado entre os serviços e contribuições feitos e recebidos.

Ainda assim, a administração de capital exige uma consciência constante da política de poupança e investimento; ela cria nas pessoas uma atitude de preocupação contínua e parcimoniosa pelos recursos disponíveis.

CRÉDITO

O reconhecimento de obrigações sociais solidárias não impede, em toda parte, a idéia de que um empréstimo deveria ser reembolsado com juros. Não é fácil distinguir esta idéia da que à primeira vista parece ser muito diferente: a idéia da magnanimidade na troca de presentes, de sobrepujar seu parceiro em generosidade.

Onde existe uma simples troca de objeto por objeto, a posição é bastante clara: não existe, na verdade, nenhuma concepção de empréstimo.

Para muitos parece evidente que, quanto mais tempo uma pessoa retém um valor, tanto mais se espera que esta acrescente quando o devolvesse.

Mas o que significa isso? Pode muito bem ser considerado como uma indenização por ter feito outro[s] esperar, mas dificilmente no sentido em que se pagam juros sobre um empréstimo em dinheiro, porque o prestamista poderia ter feito outra coisa com seu dinheiro se não o tivesse emprestado.

Um tipo de empréstimos que rendem juros [do tipo que um economista poderia reconhecer] poderia se chamar de 'empréstimos amigáveis'. São feitos quando pessoas têm que satisfazer utilizações imprevistas de seus recursos e ficam impelidos a contrair empréstimos. A garantia destes é feita em valores ou propriedades que o credor possui. Se o empréstimo não for reembolsado na época conveniente, ele perde a posse destes.

Podemos diferenciar aqui entre empréstimos 'sociais' e os puramente econômicos. A mais simples forma do segundo é o empréstimo de uma ferramenta ou de um utensílio doméstico. Aqui não surge nenhuma questão de juros; os serviços se cancelam mutuamente.

Dificilmente a cobrança formal de juros poderia ser cogitada numa sociedade baseada em conceitos

de cooperação, solidariedade e ajuda mútua. O ato de cobrança de juros implementado em condições de reciprocidade [quem é cobrado também cobra], encarece a atividade econômica bruta e anula qualquer benefício que poderia acarretar à esfera social.

O juro é um tipo de imposto que beneficia pessoas físicas ou às instituições que estas possuem. Só é plenamente aceito em sociedades que tenham finalidades de lucro no propósito de suas atividades econômicas. Não poderia ser considerado numa sociedade cuja organização econômica vise fins de benefício social.

Existem poucas sociedades que fazem transações sem dinheiro e os economistas não estão muito interessados nelas. Mas este é um dos setores mais interessantes para recolher informações úteis às pessoas práticas e aos economistas práticos que estão interessados no desenvolvimento econômico e social da humanidade.

Em toda parte os povos gastam recursos para obter vantagens sociais bem como outras puramente econômicas. Por outro lado, os povos cuja tecnologia não lhes permite acumular grandes riquezas ou posses materiais, estão bem cômicos das escolhas à sua disposição sobre os usos a dar aos recursos que possuem.

MUDANÇA SOCIAL

A idéia vulgar de que uma mudança social abrangente se efetua por expansão territorial, operada desde um foco central equivalente a um território 'liberado', está ficando obsoleta.

Os meios de comunicação hoje disponíveis permitem implementar mudanças a nível planetário, sem a necessidade de basear estas em ações anteriormente consideradas indispensáveis, se se quiser considerar uma verdadeira ação revolucionária.

A oportunidade que a comunicação global nos coloca a disposição permite desenhar uma estratégia totalmente diferente, para penetrar e permear a sociedade com conceitos e atividades de relacionamento absolutamente diferentes aos atuais.

Em nosso caso presente, é possível visar a criação de unidades sociais reformuladas, ainda que estas estejam isoladas geograficamente. O isolamento físico é compensado pela comunicação e o intercâmbio com outras comunidades e/ou grupos / indivíduos em outros lugares, e que estejam nas mesmas condições.

O tipo de organização social almejada é uma que permita o máximo de relacionamento e penetração em seu âmbito social imediato. Isto permitiria um crescimento da participação social em geral e, por conseguinte, uma relativa expansão territorial.

Sendo isto implementado desde uma infinidade de focos independentes e autônomos, a efetividade da ação renovadora não seria atingida pela eliminação de qualquer um destes.

A qualificação efetiva dos participantes, em qualquer uma das unidades restantes, dá segurança à continuação do processo. Somente uma ação coordenada de forma planetária poderia atingir um golpe mortal à organização, sendo que esta não é centralizada. Isto é bastante difícil acontecer em um estágio primário. Quando a rede esteja montada, será tarde e ficará muito difícil eliminá-la totalmente da face da Terra.

O crescimento das unidades é feito em base a operações econômicas com efeitos sociais. Não se considera crescimento econômico na acepção vulgar [lucros auferidos, p.ex.], mas interessa um volume de operações que permita implementar programas que envolvam e produzam benefício a maiores quantidades de pessoas.

Necessariamente os participantes em ações dadas devem ser educados e treinados para funcionar sob os novos parâmetros. Isto toma o lugar de grande parte da 'propaganda política' intelectualizada [com poupança e redirecionamento de recursos], que tão pouco efeito tem sobre as massas quando não é originada pelo poder estabelecido.

A pregação é baseada numa nova atitude para com todos aqueles que seguem as mesmas regras do novo jogo. Em princípio. A expansão é consequência de ações e seus resultados, não somente de palavras

de ordem ou panfletos. A experiência do novo, sentido como algo benéfico, é a melhor propaganda e deve impulsionar a multiplicação destas experiências.

Isto resulta em crescimento participativo - adicionando pessoas que se comportam de acordo com os novos princípios propostos - e em expansão territorial, criando zonas e regiões de influência mais ou menos marcante, devido à participação da população nelas estabelecidas.

Assim a revolução vai crescendo, se expandindo, conquistando seu[s] lugar[es] no mapa, sem necessidade de disparar um tiro ou de tomar o poder de uma forma violenta [ou até 'democrática']. A revolução seria considerada um feito dinâmico que, em seu acontecer, vai produzindo a sociedade nova imediatamente; isso apesar de que o fechamento do ciclo revolucionário só pode chegar a ser considerado completo, quando toda a humanidade do planeta seja atingida.

Mas, por enquanto, a novidade reside na implementação imediata da nova sociedade, sem a necessidade anteriormente preconizada de primeiro ter que eliminar totalmente os fatores reacionários, para só depois começar a implementar o novo.

Isto quer dizer que não é necessário mudar toda a sociedade nem eliminar os centros de poder existentes, para começar a implementação de um novo tipo de relação social-econômica-política entre as pessoas. Também não é necessário produzir estas mudanças em grandes extensões territoriais

para, desde aí, difundir a revolução. Isso nunca funcionou antes e agora é estrategicamente inecessário, além de ineficaz.

A estratégia adotada capacita grupos relativamente pequenos para se autosustentar e implementar infraestruturas que os capacitem e condicionem para a participação no plano global. Esta, em si mesma, é a primeira ação revolucionária. A dinâmica de funcionamento destas unidades seria o que permitiria a expansão destas e, conseqüentemente, a expansão da revolução.

Um requisito - que é extraído da própria característica da organização e funcionamento das unidades participantes - é sua autonomia e independência do sistema hegemônico. Isto não implica num total isolamento deste, pois o relacionamento pessoal e institucional é requerido. Especialmente o financiamento está desenhado de forma que este seja, de certa forma, dependente da estrutura vulgar; ainda que isto só seja necessário considerar na fase de desenvolvimento primário, quando a nova estrutura global ainda não tenha atingido um estágio que permita sua total auto-sustentação.

O CARÁTER LÚDICO DA REVOLUÇÃO TOTAL

Experimenta